



*República de Moçambique*  
**Conselho Constitucional**

**Acórdão n.º 22/CC/2023**  
**de 25 de Outubro**

Processo n.º 43/CC/2023 - Recurso Eleitoral

**Recorrente: Comissão Distrital de Eleições de KaMavota**

**Recorrido: Tribunal Judicial do Distrito Municipal de KaMavota**

Acordam os Juizes Conselheiros do Conselho Constitucional:

**I**

**Relatório**

1. Veio perante esta Instância Contenciosa Eleitoral Suprema, o Senhor Rafael Lombo Bernardo, na qualidade de Presidente da Comissão Eleitoral do Distrito Municipal de KaMavota, "recorrer" do Acórdão do Tribunal Judicial do Distrito Municipal de KaMavota, Cidade de Maputo, com base no disposto no n.º 6 do artigo 144 da Lei n.º 7/2018, de 3 de Agosto atinente à eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais, alterada e republicada pela Lei n.º 14/2018, de 18 de Dezembro e, posteriormente, alterada pela Lei n.º 24/2022, de 29 de Dezembro (Lei Eleitoral).

2. O Acórdão do referido Tribunal Judicial do Distrito Municipal de KaMavota, dando provimento ao recurso contencioso interposto pelo Partido Renamo, ordenou "a repetição de apuramento intermédio relativo a 185 editais de mesas de voto identificadas nos rúbrics constantes das folhas 49 e 60 dos autos, com recurso às actas e aos editais originais, através do seu confronto com base nas guias de entrega de cadernos de recenseamento eleitoral, na parte que a Comissão de Eleições do Distrito Municipal de KaMavota fez a margem da lei".

3. O “recurso” tem como fundamento, o seguinte:

3.1. O poder de ordenar a recontagem de votos é da Comissão Nacional de Eleições ou do Conselho Constitucional, por força do n.º 1 do artigo 145 da Lei Eleitoral e não do tribunal judicial distrital.

3.2. A sentença do Tribunal Judicial do Distrito de KaMavota é nula por falta de causa de pedir no recurso do impugnante, pois o Juiz conheceu de questões de que não podia tomar conhecimento, bem como condenou em quantidade superior em relação aos factos, nos termos do disposto nas alíneas a) e e) do artigo 668.º do CPC.

3.3. Os documentos juntos pelo Partido Renamo no seu recurso contencioso são fotocópias não autenticadas, pelo que, não têm força probatória plena em juízo. As cópias da acta e do edital original devem estar devidamente assinadas e carimbadas para fazer prova bastante na resolução de litígios de contencioso eleitoral.

3.4. O Tribunal *a quo* deu provimento às actas e aos editais apresentados pelo Partido Renamo em detrimento das actas e dos editais apresentados pela Comissão Distrital de Eleições, que é o órgão colegial cujas decisões são tomadas por deliberação.

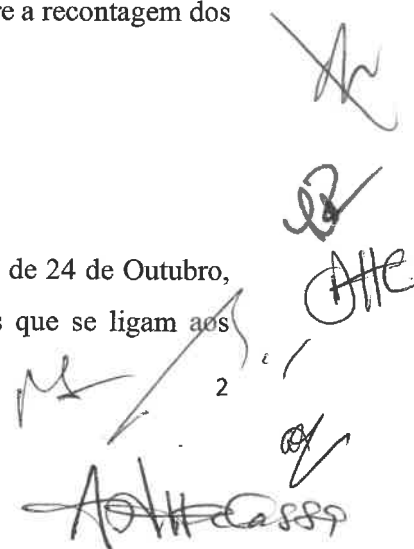
3.5. O Tribunal *a quo* não fundamentou em que medida as supostas ilegalidades por si verificadas podem ter influído substancialmente no resultado geral da eleição no Distrito Municipal de KaMavota. Pelo que;

O requerente termina a sua argumentação solicitando ao Conselho Constitucional que “seja declarada improcedente a sentença do Tribunal *a quo*, e que seja a decisão recorrida declarada nula por inquirar de vícios de incompetência do Tribunal para decidir sobre a recontagem dos votos”.

Tudo visto, cumpre apreciar e decidir.

4. Tal como no processo n.º 32/CC/2023, sob o Acórdão n.º 20/CC/2023, de 24 de Outubro, deste Órgão, verifica-se neste processo a existência de questões prévias que se ligam aos

Acórdão n.º 22/CC/2023, de 25 de Outubro

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and initials. There is a large, stylized signature at the top right, followed by a smaller signature below it. To the left of these, there are initials that appear to be 'AHE' and 'AF'. At the bottom, there is a signature that looks like 'Adilson' and another one that is partially obscured. The page number '2' is written in the center of this section.

pressupostos processuais subjectivos. Por esta razão, vale aquele acórdão *in toto* como jurisprudência dominante para a decisão desta questão prévia:

“(…) o Recorrente diz interpor o recurso em nome da Comissão Distrital de Eleições (...). Todavia, não apresenta a deliberação do órgão que lhe confere tais poderes, ou que, pelo menos, tenha decidido no sentido de se recorrer da Sentença do Tribunal. (...) Deve existir, portanto, uma deliberação do órgão no sentido de se recorrer do acórdão do tribunal e não uma iniciativa pessoal pelo facto de ser o presidente do órgão<sup>1</sup>. Tudo se resume numa empreitada individual, procedimento que não pode ser legitimado por este órgão de justiça constitucional”.

4.1. Quanto à possibilidade de uma entidade da administração eleitoral, no caso a Comissão de Eleições do Distrito de KaMavota, ser parte legítima para recorrer da decisão judicial, sufragase, igualmente, a doutrina fixada no Acórdão n.º 15/CC/2023, de 23 de Outubro, segundo a qual:

“(…) No direito eleitoral, é preciso elucidar a função do contencioso eleitoral, ou seja, saber se ele visa defender direitos subjectivos e interesses legítimos dos concorrentes ou defender a legalidade e regularidade de uma eleição ou se visa alcançar ambas as funções. No caso de uma função subjectiva do contencioso, o direito de recorrer está na disponibilidade dos concorrentes às eleições, pois defendem-se interesses próprios e seus direitos subjectivos, o que impede os órgãos de administração eleitoral de recorrerem dessas decisões, sob pena de serem conotados com interesses de um dos concorrentes, e de violarem valores fundamentais de imparcialidade, independência e transparência, dado que estaria a tutelar direitos de outrem e não o interesse público. No caso de contencioso eleitoral objectivo, onde prevalece a defesa do interesse público da liberdade, justiça e transparência das eleições e de toda a legalidade objectiva do processo eleitoral, que prevalece um processo feito ao acto, não se pode falar de «direitos tutelados», nem de «direitos subjectivos ou interesses legítimos das partes». Pelo que, neste tipo de processos, a administração eleitoral, como

<sup>1</sup> Cfr artigo 38 da Lei n.º 6/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 30/2014, de 26 de Setembro, Lei da Comissão Nacional de Eleições, aplicável com as respectivas adaptações e, subsidiariamente, artigos 29 a 34 da Lei n.º 14/2011, de 10 de Agosto, Lei de formação da vontade da Administração Pública e estabelece as normas de defesa de direitos subjectivos e interesses dos particulares.

qualquer pessoa, pode recorrer das decisões dos tribunais judiciais de distrito para o Conselho Constitucional. Incluem-se nestas situações de defesa da legalidade, os casos de recurso de decisões judiciais nulas, justificado pelo regime aplicável ao acto nulo, pois aqui se defende uma situação jurídica objectiva, de normatividade eleitoral”.

4.2. Contudo, o caso em lide é de contencioso eleitoral subjectivo. Por esta razão, o recurso apresentado pelo Presidente da Comissão de Eleições do Distrito Municipal de KaMavota não será admitido por ter sido interposto por quem não é “pessoa directa e efectivamente prejudicada pela decisão” e não é titular de direitos subjectivos (n.º 2 do artigo 680.º do CPC). Neste aspecto só têm legitimidade para recorrer do acórdão judicial os que sofrerão prejuízo da procedência ou da execução do acórdão, prejuízo que a Comissão Distrital de Eleições não é capaz de demonstrar em sua esfera jurídica, como defensora do interesse público de justiça, transparência, imparcialidade e legalidade eleitoral.

5. Tendo o Tribunal Judicial do Distrito Municipal de KaMavota ordenado a repetição do apuramento intermédio relativo a 185 editais de mesas de assembleia de voto identificadas nos mapas constantes a folhas 49 a 60 dos autos, não pode haver complacência na rejeição liminar do recurso, pois, a administração eleitoral estaria a colocar-se ao lado de todos os concorrentes às eleições a quem a decisão prejudica e contra aquele a quem a decisão aproveita, quebrando a sua independência, imparcialidade e transparência. Pelo que;

5.1. Vai prejudicada a pretensão do Presidente da Comissão Distrital de Eleições de interpor recurso da Sentença do Tribunal Judicial do Distrito Municipal de KaMavota.

6. O alcance da eventual influência substancial no resultado geral da eleição do conteúdo do Acórdão do Tribunal Judicial do Distrito Municipal de KaMavota, que ordena a “repetição do apuramento intermédio relativo a 185 editais de mesas de voto identificadas nos mapas constantes a folhas 49 a 60 dos autos, com recurso às actas e aos editais originais, através do seu confronto com base nas guias de entrega de cadernos de recenseamento eleitoral, na parte que a Comissão de Eleições do Distrito Municipal de KaMavota fez à margem da lei”, nos termos do n.º 1 do artigo 144 da Lei Eleitoral, será aquilatado no processo próprio, o de validação dos resultados eleitorais da Cidade de Maputo.

## **II**

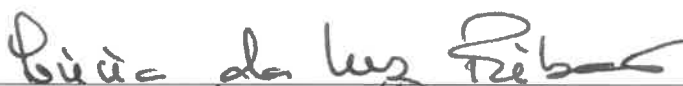
### **Decisão**

Nos termos e pelos fundamentos expostos, os Juizes Conselheiros do Conselho Constitucional deliberam, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 243 da Constituição da República, não dar provimento ao recurso interposto pelo Presidente da Comissão Distrital de Eleições do Distrito Municipal de KaMavota.

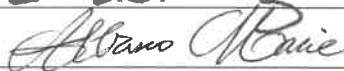
Maputo, 25 de Outubro de 2023

Notifique e publique-se

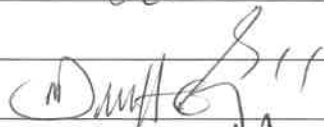
Lúcia da Luz Ribeiro



Albano Macie



Manuel Henrique Franque



Domingos Hermínio Cintura



Mateus da Cecilia Feniassse Saize



Ozias Pondja



Albino Augusto Nhacassa

